



## **PATRIMÔNIO CULTURAL NO BIXIGA: DO IGEPAC-BELA VISTA AO TOMBAMENTO DO TEATRO OFICINA<sup>1</sup>**

Dirceu Cadena<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discutir as diferentes formas de patrimonialização ocorridas no bairro do Bixiga, distrito da Bela Vista, município de São Paulo. Tradicionalmente visto como um bairro italiano, o Bixiga teve essa representação legitimada pelas instituições patrimoniais ao ter o tombamento de suas áreas realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico através do IGEPAC-Bela Vista. O documento criado pela prefeitura legitima uma representação das elites, construída ao longo do século XX e que vincula o bairro a um grupo cultural específico. Porém, novos tombamentos, como o envolvendo o Teatro Oficina, inserem novas representações no bairro, significando um movimento de contestação às leituras tradicionais. O trabalho realiza a análise desse processo a partir da tríade de compreensão das representações, governamentalidades e contestações, considerados conceitos fundamentais da geografia política urbana contemporânea.

**Palavras-chaves:** IGEPAC-Bela Vista; Teatro Oficina; Representação, Governamentalidade e contestação

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the different forms of patrimonialization occurred in the neighborhood of Bixiga, Bela Vista district in the city of São Paulo. Traditionally seen as an Italian neighborhood, Bixiga had this representation legitimized by heritage institutions when its areas were listed by the Department of Historic Heritage through IGEPAC-Bela Vista. The document created by the city government legitimizes a representation of the elites, built throughout the 20th century and linking the neighborhood to a specific cultural group. However, new landmarks, such as the one involving Teatro Oficina, introduce new representations in the neighborhood, meaning a movement of opposition to traditional readings. The work analyzes this process from the triad of understanding representations, governmentality and contestations, considered fundamental concepts of contemporary urban political geography.

**Keywords:** IGEPAC-Bela Vista; Oficina Theater; Representation, Governmentality and Contestation

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi resultado de pesquisa realizada enquanto bolsista PNPd do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC) – GEOPPOL (UFRJ), [dirceucadena@gmail.com](mailto:dirceucadena@gmail.com)



## **INTRODUÇÃO**

Em um contexto das cidades contemporâneas, as políticas de preservação tornam-se importantes instrumentos para a produção de representações, governamentalidades e contestações políticas. O presente trabalho promove o diálogo entre esses conceitos e tem como objetivo analisar de que maneira as práticas institucionais de preservação no distrito da Bela Vista, em São Paulo (SP) contribuem para a construção de representações, governamentalidades e contestações no espaço.

O distrito localizado na área central da capital paulista foi alvo de diversas ações de preservação, empreendidas pelos institutos do patrimônio municipal, estadual e federal. Dentre essas ações, destaca-se o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo-Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), documento produzido pela Divisão de Preservação Histórica (DPH) da prefeitura de São Paulo que buscava levantar as edificações mais simbólicas do ponto de vista histórico-arquitetônico, articulando o conceito de patrimônio ambiental urbano com componentes geomorfológicos, modos de vidas e memória dos habitantes (SOMEKH, 2016).

Apesar de seu caráter inovador ao aplicar as recomendações de diferentes Cartas Patrimoniais, as experiências de restauro de centros históricos empreendidas em Bolonha, e o conceito interdisciplinar de patrimônio ambiental urbano (TOURINHO E RODRIGUES, 2020), o IGEPAC-Bela Vista reforçou a representação construída ao longo do século XX do distrito como bairro italiano de São Paulo, estabelecendo, assim, territórios dentro do bairro que deveriam ser preservados, enquanto outros estariam disponíveis para a construção de novos projetos.

Após a publicação do IGEPAC-Bela Vista, uma série de tombamentos foram aplicados no distrito, reforçando as representações construídas como bairro italiano, ao mesmo tempo que outros adicionaram novas camadas ao território, como a caracterização de origem do Teatro de Rua Brasileiro. Nesse sentido, os tombamentos no âmbito estadual e federal do Teatro Oficina indicam a produção de novas governamentalidades e de contestações às representações construídas anteriormente, fornecendo as bases para movimentos insurgentes, como o articulado pelo Grupo Uzina Uzona.

## **METODOLOGIA**



Considerando que a burocracia é uma prática intrínseca a organização do Estado (Weber, 1977), o trabalho argumenta que os efeitos espaciais das ações públicas podem ser analisados com base na documentação produzida pelas instituições, proposta já amplamente realizada em trabalhos que se voltam para a administração pública (Souza Lima, 2002; Teixeira e Souza Lima, 2010 e Castilho, Teixeira e Souza Lima, 2014).

Na geografia, apesar de ser uma tradição da origem moderna da disciplina o estudo do Estado, a análise das instituições públicas e suas práticas perdeu vigor, sobretudo a partir dos anos 1970, quando as publicações fundamentais das geografias do poder marcam uma nova visão de tratar a geografia política (Raffestin, 1993; Claval, 1979). Em paralelo a essa abordagem, ocorre na disciplina um fortalecimento do movimento da geografia crítica, que considerou os fatores econômicos como centrais em suas análises. Nessa perspectiva, o Estado ainda seria um ator da produção do espaço, porém estaria subserviente as questões econômicas e contribuiriam para o acúmulo do capital. Os ganhos do movimento crítico na disciplina são conhecidos, porém, contribuíram também para uma compreensão reduzida das instituições públicas às elites e ao grande capital, diminuindo a necessidade de suas análises.

Essas visões desenvolvidas pós anos 1970 apresentam um entendimento das instituições públicas como vinculadas à uma soberania, onde o território é entendido como um bloco homogêneo, seja internamente na garantia da coesão estatal ou externamente na relação com outros países (Agnew, 2005). Esta visão, oriunda dos processos históricos de formação estatal como algo que substitui a figura do monarca enquanto detentor único de um poder sobre um reino, acaba por mascarar as divergências internas, ao mesmo tempo que trata o sistema global como blocos coesos. Em um mundo com tantos exemplos de reivindicações regionalistas não resolvidas e onde os fluxos de informações e pessoas são diversos, pode ser arriscado afirmar a existência de um controle único sobre o território ou reduzir a figura do Estado apenas para atender as elites econômicas. O Estado não atua de forma homogênea sobre o território devido sua capacidade de alocar recursos para o controle de determinadas áreas. Como apontaram Sharma e Gupta (2008) a soberania estatal, relacionada com a defesa territorial numa abordagem Weberiana, não pode mais ser vista como relativa ao alcance e direitos governamentais dentro dos limites do território, mas encontra-se atualmente separada estritamente do Estado-Nação e presente em diferentes organizações.

Nesse sentido, a disciplina geográfica contemporânea carece ainda de estudos na direção de superar perspectivas onde o Estado é uma entidade orientada por ideologias quase sempre perversas e destinadas a manter a posse dos meios de produção para as elites, bem como as visões que enxergam o Estado como uma entidade homogênea. O texto considera



que as instituições que formam o Estado contemporâneo ao mesmo tempo que criam estratégias para atender às elites políticas e econômicas, também podem ser mobilizadas por grupos não incluídos nas decisões governamentais.

Esses movimentos são expressos através da documentação pública gerada nesse processo. Não significa compreender que a documentação pública seja isenta de relações de poder, mas de compreender a documentação produzida como peças de construção de determinadas realidades (Vianna, 2014). Ou seja, a documentação pública ao mesmo tempo que revela os diferentes conflitos ocorridos para a construção de diferenças espaciais, estabelece distinções entre atores e territórios. A partir de um olhar geográfico, compreende-se que esses documentos estabelecem novas geografias nas cidades, demarcando limites e representações a partir de processos de classificações dos corpos e dos territórios.

O texto é construído a partir da análise da documentação pública, conferindo destaque ao IGEPAC-Bela Vista e aos processos de tombamento realizados para a área do distrito da Bela Vista. Compreende-se que os relatórios, projetos e documentos das instituições públicas produzem representações sobre o espaço das cidades, territorializando determinados usos e orientando a realização de empreendimentos nas cidades contemporâneas. Ao mesmo tempo, esses documentos fundamentam práticas de governamentalidades, regulamentando como determinados espaços serão vividos e mesmo as maneiras como eles são pensados. Por fim, os documentos públicos também são alvos de movimentos insurgentes, que contestam as decisões tomadas por aqueles que controlam as instituições. Dessa maneira, o trabalho se utiliza das propostas de Rossi e Vanolo (2012) de compreender a geografia política urbana contemporânea a partir da análise das representações, das governamentalidades e das contestações.

Para o estudo do movimento de contestação, a metodologia desenvolvida considera que o fazer político contemporâneo transcende os espaços políticos exclusivos (Castro, 2016), isto é, também se produz ação política quando grupos organizados se manifestam nos espaços públicos de maneira coletiva quando o objetivo de seus protestos de alterar a agenda do Estado.

A própria presença no espaço dos corpos em disputas indica novas maneiras da ação política contemporânea, superando as práticas tradicionais restritas ao discurso (Butler, 2018). Nesse sentido, os movimentos de contestações ocupam espaços significativos para suas demandas, visando chamar atenção das elites político-econômicas e dos representantes das instituições públicas, alterando assim a paisagem dos locais.



Esse processo de transformação da paisagem pelas práticas políticas tem sido chamado de política da paisagem (Ribeiro, 2018; Melo Filho, 2021), ou seja, quando determinadas paisagens são mobilizadas por grupos insurgentes através de práticas performativas diversas elas explicitam determinados objetos e narrativas atribuídas aos espaços. Assim, na análise dessas insurgências, documentos artísticos, como filmes, músicas, peças, ou exposições, ou mesmo performances nos espaços públicos podem ser utilizados como fontes para a compreensão da ressignificação do espaço.

No contexto do presente trabalho, o movimento de contestação analisado utilizou o discurso da preservação do patrimônio para mobilizar participantes e reivindicar mudanças nas decisões das instituições públicas. Nesse sentido, observações de campo e análise de suas manifestações analisam como o patrimônio torna-se um recurso político acionando para reorientar os entendimentos da paisagem do Bixiga.

## **REPRESENTAÇÕES DO BIXIGA: A INVENÇÃO DA ITÁLIA PAULISTANA**

Seguindo a tríade conceitual proposta por Rossi e Vanolo (2012), o presente trabalho busca analisar a produção de representações, de governamentalidades e de contestações que envolvem as ações políticas nas cidades contemporâneas.

Segundo esses autores, a geografia política urbana contemporânea se organiza na análise desses três processos, desenvolvidos por atores das elites políticas-econômicas e por aqueles que contestam as decisões públicas. As representações indicam discursos produzidos sobre determinadas áreas, que as qualificam de maneira pejorativa ou valorizam elementos interessantes às elites políticas. Tomando como base as reflexões a respeito da produção de ideias e narrativas sobre o Oriente (Said, 2008), as representações contemporâneas urbanas são compreendidas como construções das elites políticas e econômicas com o objetivo de justificar ações de investimento ou de esquecimento de determinadas áreas. Assim, as representações são ferramentas que envolvem a distinção de áreas da cidade, classificando umas como estigmatizadas, degradadas ou perigosas e outras como valorizadas, dinâmicas ou seguras.

As representações podem ser produzidas de maneiras distintas nas sociedades contemporâneas. Romances, filmes, peças de teatro ou movimentos políticos institucionais acumulam tanta relevância na escala local que podem indicar a maneira como determinado espaço é pensado. Maciel (2006) discutiu como determinadas representações da paisagem do Recife tornam-se metonímias geográficas, ao vincular todo o território do município aos



objetos geográficos presentes na área central. No processo de construção de identidades regionais, Albuquerque Júnior (1999) comenta como obras artísticas produzidas por Gilberto Freyre e colaboradores regionalistas inventaram o Nordeste no imaginário local e nacional.

No caso do Bixiga, a construção de representações do bairro como berço italiano está presente tanto em documentos literários e musicais, quanto em estudos acadêmicos historiográficos. No caso das letras musicais, um dos principais sambistas paulistas, Adoniran Barbosa, escreve em *Um Samba no Bexiga* diferentes referências à cultura italiana. Já nos textos de Grunsprun (1979) e Lucena (1983), a presença italiana é destacada como elemento formador do verdadeiro e original Bixiga. É no texto de Marzola (1979) onde a representação do Bixiga como bairro italiano torna-se mais expressiva. Devido ao caráter institucional do trabalho<sup>3</sup>, a publicação reconheceu que a urbanização e expansão dessa área da cidade ocorreu a partir da cultura do café com utilização de mão de obra imigrante italiana:

“O Bexiga foi o bairro dos italianos, na maioria calabreses, que aproveitaram os preços baixos, as ruas de 60 palmos, íngremes, para recriar ambientes da Itália na cidade que se modificava. Ao se transplantarem para São Paulo, trouxeram consigo toda uma tradição cultural que foi marcante na paisagem local” (Marzola, 1979, p. 63)

Assim, através desses relatos literários e acadêmicos, o Bixiga foi vinculado a uma cultura italiana em sua origem. Nos textos citados, poucos relatos são feitos a outros grupos, como os negros escravizados que ocupavam a área em quilombos ou aos imigrantes nordestinos, ocupantes dos cortiços do bairro a partir dos anos 1940. É importante destacar que o discurso do Bixiga italiano não representa um falseamento da realidade, tampouco indica alguma verdade incontestável. O discurso acaba por instituir uma verdade possível para a área, reivindicada para justificar ações econômicas e políticas, estabelecendo o bairro como uma ideologia geográfica (Scarlatto, 1989).

O processo de diferenciação discursiva do bairro enquanto área italiana é acompanhado por um movimento de preocupação com a deterioração das formas físicas e relações sociais. Diante das transformações urbanas presentes no Bixiga, “espremido entre duas centralidades de São Paulo” (Marzola, 1979, p. 83), registrar a história e os objetos construídos existentes torna-se fundamental. Diante do constante processo de modernização, surge uma forma de “retórica da perda” (Gonçalves, 1996) que demanda ações para

---

<sup>3</sup> O texto representa um volume da série “história dos bairros de São Paulo” organizada pelo Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, com volumes sobre o Brás, Pinheiros, Penha, Sé, entre outros.



resguardar o passado e, pela consideração da vida italiana como típica, à área foi atribuída valor patrimonial.

É a partir desses discursos que uma leitura do Bixiga é socialmente reproduzida, dando início a uma série de ações políticas, como os procedimentos de preservação patrimonial. Assim, as representações que inventam o Bixiga italiano, também definem os atributos que possuem valor histórico, artístico, cultural e ambiental no bairro. Desses processos, o IGEPAC-Bela Vista é um significativo exemplo.

### **GOVERNAMENTALIDADE NO BIXIGA: O IGEPAC-Bela Vista**

A partir das representações estabelecidas pelas elites e reproduzidas pela população em geral, uma série de regulamentações dos corpos e das mentes orientam como agir sobre o espaço, compondo a esfera da governamentalidade.

Como comentam Rossi e Vanolo (2012), para gerir a cidade, a sociedade e o espaço, o governo desenvolve uma série de instrumentos intelectuais (relatórios, estudos técnicos, dados estatísticos, mapeamentos, censos, etc... ) e ferramentas de regulação territorial (zoneamentos, a elaboração de projetos urbanos, estabelecimento de padrões urbanísticos, o reconhecimento de bens patrimoniais, conselhos temáticos deliberativos ou consultivos, etc...), estabelecendo uma racionalidade governamental, chamada por Foucault (1992) de governamentalidade. É através dessas práticas de governo que as representações são mobilizadas, para justificar determinadas decisões sob um argumento apresentado como técnico e neutro.

Ao analisar os projetos de preservação aplicados na área central do Rio de Janeiro, Guimarães (2014) analisou como representações da população e do território vincularam determinados espaços à uma tradição portuguesa, tornando-se merecedores de políticas de preservação patrimonial, enquanto outras áreas foram associadas aos migrantes nacionais ou às comunidades de ex-escravizados, tornando-se disponíveis para projetos de transformação. Assim, as representações não são apenas narrativas de um espaço, mas orientam as decisões institucionais sobre o que deve ser lembrando e o que pode ser esquecido, constituindo áreas interessantes para ações de reestruturação urbana.

O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo-Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista) pode ser analisado como uma representação produzida pelo Estado sobre o Bixiga, que fundamenta diferentes tombamentos na área. O documento consolida a narrativa da tradição italiana e indica as áreas onde essa identidade seria mais



autêntica e expressa em objetos materiais, por isso, merecedoras do reconhecimento como patrimônio ambiental urbano de São Paulo.

O documento, construído a partir do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano<sup>4</sup>, pauta a história de formação do Bixiga sob a perspectiva da urbanização, considerando que esse processo teve início em 1880 com a chegada dos imigrantes italianos. Apesar de apontar a presença de negros libertos que deram origem a manifestações populares ainda presentes, como a escola de samba Vai-Vai, poucas referências são feitas aos grupos não italianos. No caso dos Nordestinos, eles são apontados pelo inventário como um problema que afeta “a alma do bairro” e contribui para a descaracterização do padrão construtivo local.

O documento é construído a partir dos relatos dos moradores considerados tradicionais do bairro. São aqueles com descendência italiana que assume a posição de herdeiros da memória do Bixiga, ao narrar os tipos e aspectos autênticos, bem como terem suas casas reconhecidas pelo poder público como relevante para a municipalidade. O documento constitui então um regime de verdade, onde determinados atores contam quem são os defensores das características tradicionais e indicam as ameaças ao bairro.

Assim, uma primeira representação foi legitimada a partir desse documento: o Bixiga enquanto bairro Italiano de São Paulo relativamente homogêneo, com construções com referências europeias e ameaçado de desconfiguração pelo grupo dos Nordestinos que transformam as relações tradicionais e os padrões construtivos identificados como típicos. Nesse regime de classificação da população, os descendentes de italianos são apontados como os herdeiros, os nordestinos como uma ameaça e os negros de simples assimilação aos costumes italianos ou mesmo não são merecedores de instrumentos de proteção.

Essa representação é fortalecida com a construção do Outro, o grupo cultural que afetaria as características detentoras de patrimônio no bairro. Assim, o IGEPAC-Bela Vista identifica o momento de degradação do bairro com a chegada de migrantes nordestinos, responsáveis por alterar a “alma do bairro”:

“Com a saída dos antigos moradores, o bairro passou a ser ocupado por uma nova população, nem sempre bem-vista pelos que permaneceram. Os velhos casarões existentes possibilitaram aluguéis mais baixos e a proximidade do

---

<sup>4</sup> O conceito desenvolvido por Ulpiano Meneses (1978), conselheiro do CONDEPHAAT em diversas situações, representou um avanço no conceito de patrimônio por incluir aspectos geológicos e naturais nos debates sobre patrimônio cultural, bem como valorizar a participação social na definição dos valores dos bens. Essa ampliação foi o resultado de uma mistura de influências e reflexões desenvolvidas na FAU-USP ao longo dos anos 1970 e 1980, onde aulas sobre a temática eram ministradas por pesquisadores diversos, como Aziz Ab’Saber, Milton Santos, Eduardo Yazigi (Santana, 2017).



local de trabalho favorece a fixação de migrantes nordestinos nas habitações coletivas” (IGEPAC-Bela Vista, 1987, p. 52-53)

Essas representações efetivam ações de governo voltadas para a diferenciação do território, quando espaços são delimitados para o controle dos corpos e da utilização dos objetos. Assim, áreas específicas do bairro foram consideradas como tipicamente italianas em função da presença de edificações que remetem a tradição selecionada, sendo assim merecedoras de proteção rigorosa através do tombamento de determinados conjuntos urbanos, enquanto outras áreas, ocupadas majoritariamente por imigrantes nordestinos ou descendentes de escravizados, foram consideradas deterioradas e possíveis de transformação.

Os espaços italianos são aqueles associados a Rua 13 de Maio, caracterizada por seu valor de histórico e por apresentar comércio e serviços tipicamente italianos. Já outras áreas foram disponibilizadas para transformação, independente do reconhecimento da qualidade arquitetônica ou autenticidade de suas construções. É o caso da área intitulada no IGEPAC-Bela Vista de Centro, que segundo o documento apresenta imóveis de valores históricos e ambientais, ocupados, porém, por uma população de baixa renda. Caso semelhante se observa na área intitulada de Maria José, apontada nas conclusões gerais como local que “conserva com maior intensidade os moldes originais do bairro” (IGEPAC-Bela Vista, 1987, p.107). Segundo o documento, ambas as áreas foram simbolicamente e arquitetonicamente preservadas por sua estagnação econômica, já que as populações de baixa renda não tinham recursos financeiros para realizar transformações materiais e reproduzir as tradições selecionadas como características da narrativa italiana selecionada.

Assim, a representação construída pelo IGEPAC-Bela Vista para a área do Bixiga reconheceu um grupo cultural como originário e herdeiro do bairro, delimitando um recorte territorial específico que deveria ser protegido de possíveis transformações. Com essa representação, o documento classificou outras parcelas da população como uma ameaça às tradições e as respectivas áreas de ocupação como locais onde iniciativas de revitalização poderiam ser realizadas pelo Estado ou por iniciativas privadas, apesar desses recortes manterem características arquitetônicas originais e com significativa homogeneidade.

Conforme apresenta Somekh (2016), a proposta do IGEPAC-Bela Vista fundamentou a abertura do processo de tombamento do Bixiga, dividindo o bairro em quatro conjuntos distintos, integrantes do distrito da Bela Vista e descritos na resolução 01/93 do CONPRESP. Considerando a proposta de tombamento aberta em 1993 e aprovada em 2002, a grande área do Bixiga e a área especial da Vila Itororó são consideradas notáveis por manterem o ambiente urbano o mais próximo daquele da primeira metade do século XX,



momento em que passa a ganhar destaque a cultura italiana. Segundo o processo de tombamento, essas duas áreas deverão ser consideradas como de preservação integral, já que apresentam as principais qualidades históricas e culturais. Já área da Grota foi considerada importante por resguardar significativas qualidades paisagísticas que devem ser resguardadas frente a verticalização que ameaça o distrito da Bela Vista como um todo.

Assim, nota-se que a representação construída no IGEPAC-Bela Vista pelo DPH orientou as ações de governo empreendidas pelo CONPESP. A representação levou à ação do governo de preservar áreas e construções com características italianas, como os imóveis no entorno da rua 13 de Maio e na Vila Itororó, deixando de fora os espaços relacionados às culturas negras e nordestinas.

Com o IGEPAC-Bela Vista a narrativa do Bixiga enquanto bairro italiano foi legitimada pela consolidação de uma representação e com a delimitação de um território. O fortalecimento dessa representação possibilitou ações de governo específicas, como o tombamento que passou a incidir sobre a área. Nesse processo, determinadas áreas, narrativas e grupos não foram incluídos nas ações de proteção institucional, tornando-se espaços disponíveis para investimentos imobiliários. Por outro lado, outro grupo, com suas tradições e território foram transformados numa metonímia geográfica do bairro, necessitando assim de ações de preservação rigorosa.

A partir do momento que o tombamento foi reconhecido, novos parâmetros urbanísticos passaram a incidir sobre a área, impondo ao governo a intensificação na fiscalização e gestão das transformações. Como mostraremos em seguida, as representações construídas e as práticas de governo de tombamento vão ser mobilizadas por determinados grupos não contemplados nas decisões para a liberação ou restrição de novos empreendimentos, gerando conflitos na área e instituindo a esfera da política como contestação.

Como comentam Rossi e Vanolo (2012), as cidades globalizadas atuais são marcadas pela atuação dos cidadãos em busca de seus direitos e desejos, estabelecendo muitas vezes cidades rebeldes (Harvey, 2014) ou lugares em guerra (Rolnik, 2015). A política como contestação é pensada a partir da atuação desses grupos, organizados contra as representações dominantes ou contra as decisões de governo.

## **CONTESTAÇÕES AO PATRIMÔNIO: O TEATRO OFICINA E NOVAS REPRESENTAÇÕES PARA O BIXIGA**



Reconhecidos como de valor histórico, ambiental e cultural, passaram a incidir na área do Bixiga novas normas e padrões urbanísticos destinados a orientar as decisões de governo e da população.

Apesar desses dispositivos de controle de caráter mais restritivo, o Bixiga, em função de sua localização entre duas significativas centralidades da cidade de São Paulo, manteve seu caráter de atração de investimentos imobiliários. A decisão dos diferentes governos municipais de permitir ou negar novos empreendimentos, fundamentados nas normativas urbanísticas aplicáveis no bairro, geraram diferentes movimentos de contestação por parte dos grupos afetados por essas decisões.

Os casos envolvendo o Teatro Oficina são significativos e indicam como movimentos de contestação buscam estabelecer novas representações para alterar decisões governamentais. Utilizando estratégias distintas, o grupo da Companhia de Teatro Oficina Uzya Uzona insurgiu contra tentativas de compra e demolição de sua sede, fortalecendo a representação do Bixiga não apenas como bairro italiano, mas também como berço do teatro brasileiro de rua.

Apesar dessa representação já ser indicada nos textos citados anteriormente, ela não produziu ações de governo de preservação do patrimônio cultural. No IGEPAC-Bela Vista, indica-se a existência dos teatros de rua no Bixiga, porém isso não foi suficiente para orientar a proteção dessas edificações teatrais, tombadas individualmente posteriormente por seus valores arquitetônicos como típicos do estilo de construção italiano. É o caso do tombamento do Teatro Brasileiro de Comédia, tombado pelo CONDEPHAAT em 1979 por representar uma amostra do estilo arquitetônico característico do Bairro do Bixiga<sup>5</sup>.

No caso do Teatro Oficina, o valor histórico e cultural para o Teatro Moderno no Brasil fundamentou os diferentes processos de tombamentos aplicados ao edifício. Tanto o tombamento aplicado pelo CONDEPHAAT, em 1983, quanto o aplicado pelo IPHAN em 2010, reconhecem o edifício como significativo para o Teatro de Rua nacional. Assim, articulado a um valor arquitetônico do prédio, reformado por Lina Bo Bardi<sup>6</sup>, um valor histórico não unicamente italiano foi atribuído ao imóvel e a todo o bairro do Bixiga.

No parecer conclusivo para justificar a decisão, a conselheira do IPHAN Jurema Machado fortalece a representação do Bixiga como bairro teatral brasileiro, indicando a existência de outras companhias no bairro, como o Teatro Brasileiro de Comédia, o Teatro

<sup>5</sup> O processo pode ser consultado em <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Ipatriimonio-Processo-20910-79-Teatro-Brasileiro-de-Comedia.pdf>

<sup>6</sup> A importante arquiteta modernista ítalo-brasileira tornou-se um símbolo de São Paulo ao ser responsável por obras de edifícios como o MASP ou do Sesc-Pompéia.



Maria Della Costa e o Teatro Ruth Escobar. Além disso, uma nova leitura para o Teatro é construída, reconhecendo-o também como uma obra de arte produzida por Lina Bo Bardi, justificando sua inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes. Assim, com o tombamento do IPHAN, o grupo do Teatro Oficina institui uma nova representação para o bairro, que passa a ser reconhecido como bairro italiano de São Paulo e como local significativo para o teatro de rua nacional.

Chama atenção nesses processos as motivações para suas realizações. Tanto na solicitação do tombamento junto ao CONDEPHAAT, quanto na solicitação do IPHAN, os pedidos foram realizados para evitar a destruição do edifício em função da construção de empreendimento imobiliários (Cadena, 2021). Insurgindo contra as pressões privadas e decisões governamentais que permitiram a compra do imóvel e sua futura demolição/transformação, o tombamento do Teatro Oficina tornou-se uma estratégia para o grupo teatral construir novas narrativas sobre o bairro.

A representação estabelecida não estava focada em um valor histórico urbanístico, mas sim em um valor histórico cênico. Além de local de herança italiana, característica expressa nas edificações distribuídas pelo bairro, o Bixiga também teria uma relevância para o Teatro Brasileiro por ser o berço do movimento teatral de rua e do teatro moderno, aspecto expresso em seus diversos teatros.

Nesse sentido, ao acionar o patrimônio como estratégia para garantir a manutenção de seus desejos, grupos insurgentes transformam a agenda pública, mediante a construção de novas representações e novas governamentalidades para o Bixiga. O dispositivo jurídico do patrimônio cultural torna-se, então, um recurso político disponível para outros atores alcançarem seus desejos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho analisou como as representações sobre determinadas áreas do espaço urbano podem ser pontas de lança para ações de governo e movimentos de contestação. Compreendendo as instituições públicas constituintes do Estado como agentes transformadores simbólica e materialmente do espaço, foram analisados os documentos técnicos e legais que produziram representações sobre o Bixiga.

Com o IGEPAC-Bela Vista, o governo ratificou leituras que inventaram o Bixiga enquanto bairro italiano de São Paulo, sendo seus objetos arquitetônicos merecedores de proteção. Nesse processo, outros grupos e seus territórios foram classificados como



responsáveis pela degradação das formas físicas e invasores do bairro. Por um lado, os herdeiros do Bixiga seriam os italianos e seus descendentes, por outro, determinados grupos não eram sequer citados ou constantemente apontados como os transformadores do bairro.

Essa representação fundamentou a aplicação do instrumento de tombamento em nível municipal, que reforçou a narrativa ao definir a área do Bixiga em função da tradição italiana e apresentou os grupos de nordestinos como ameaças às estruturas materiais do bairro. A aplicação do instrumento do tombamento gerou novos indicies urbanísticos na área, influenciado nas ações de governo relacionadas a liberação ou restrição de novos objetos, como os diferentes empreendimentos imobiliários projetados para a área.

Frente a essas representações e decisões de governo, uma esfera de contestação se opôs as elites políticas e econômicas de São Paulo. Utilizando de recursos institucionais e políticos como o tombamento, o grupo do Teatro Oficina construiu novas representações para o Bixiga, tornando a área não apenas um local da imigração italiana, mas também dos teatros de rua.

Os estudos dos conflitos ocorridos em espaços urbanos se mostram profícuos para reflexões sobre as relações entre espaço e política. O texto procurou mostrar que para compreender essas relações a análise dos documentos produzidos pela burocracia governamental pode ser uma alternativa válida. Em sociedades democráticas contemporâneas esses documentos registram os movimentos e estratégias realizados por representantes das instituições formadoras do Estado e dos grupos que contestam as práticas dominantes pelas vias institucionais, servindo assim como fonte para analisar as transformações simbólicas e materiais ocorridas nos espaços urbanos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGNEW, John. Sovereignty Regimes: Territoriality and state authority in contemporary World Politics. *Annals of the Association of American Geographers*, Malden, v. 2, n. 95, p.437-461, jul. 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste: e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CADENA, DIRCEU. IGEPAC-Bela Vista e o tombamento do Teatro Oficina: Representação, governo e contestação no Bixiga. *CONFINS (PARIS)*, v. 1, p. 38563, 2021.



CASTILHO, S.; TEIXEIRA, C. C.; SOUZA LIMA, A. C. de. Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

CASTRO, I. E. de. Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu, SILVA, Charlei, SANT'ANNA, João Lima, MELAZZO, Everaldo. (Orgs) A diversidade da geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência. p.95-112, 2016

CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 277-293.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GRÜNSPUN, Haim. Anatomia de um bairro: o Bexiga, São Paulo: Cultura, 1979.

GUIMARÃES, R. S. A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LUCENA, Célia Toledo. Bixiga, amore mio. São Paulo: Parnatz, 1983.

MACIEL, C. A. A. Espaços públicos e geossimbolismos na “cidade-estuário”: rios, pontes e paisagens do Recife. Revista de Geografia (Recife), v. 22, p. 12-20. 2006

MARZOLA, Nádia. Bela Vista: história dos bairros de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1979.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. POLÍTICA DA PAISAGEM E PAISAGEM POLÍTICA EM SÃO PAULO. *Mercator*, Fortaleza, v. 20, fev. 2021. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20008>>. Acesso em: 27 out. 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, P. (Org.) A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018, v. 05, p. 155-170.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSSI, U.; VANOLO, A. Urban political geographies: a global perspective. London: Sage, 2012.

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. nova ed., 1a. reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

SCARLATO, Francisco Capuano. Bixiga: uma ideologia geografica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. ja/ju 1989, p. 27-36, 1989.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization. In: SHARMA, A; GUPTA, A (orgs.). The anthropology of the state: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2008

SOMEKH, N. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bexiga, São Paulo. Revista CPC, (22), 220-241. 2016



SOUZA LIMA, A. C. de. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. C. de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?. In: Duarte, Luiz Fernando Dias, coord. de área; Martins, Carlos Benedito, coord. geral. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. 1ed. São Paulo: ANPOCS, 2010. pp. 51-95.

TOURINHO, A. de O.; RODRIGUES, M. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 28, p. 1-32, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d2e28. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165469>. Acesso em: 17 jun. 2021.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira. (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2014, v. 1, p. 43-70.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva* (1 vol.). Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977